



POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

AMAZOMAQ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 05.093.604/0001-43

Última atualização: 18/06/2026

CAPÍTULO I – APRESENTAÇÃO E ESCOPO

1.1. Identificação

A presente Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais ("Política") disciplina a forma pela qual a **AMAZOMAQ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** ("Empresa"), pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rodovia BR-163, KM 17, São José, Santarém/PA, realiza o tratamento de dados pessoais no exercício de suas atividades empresariais.

Esta Política aplica-se a todas as operações de tratamento de dados pessoais realizadas pela Empresa, independentemente do meio utilizado, seja físico, digital, eletrônico ou presencial.

1.2. Objetivo

A presente Política tem por finalidade fornecer informações claras, transparentes e acessíveis sobre:

- quais dados pessoais podem ser tratados;
- as finalidades do tratamento;
- as bases legais utilizadas;
- as hipóteses de compartilhamento;
- os direitos dos titulares;
- as medidas adotadas para proteção das informações.

1.3. Legislação Aplicável

Esta Política foi elaborada em conformidade com a legislação brasileira aplicável à proteção de dados pessoais, especialmente:

- Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);
- Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet);
- Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- Lei nº 10.406/2002 (Código Civil);



- Regulamentos e orientações expedidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;
- Demais normas aplicáveis às atividades desenvolvidas pela Empresa.

1.4. Abrangência

Esta Política aplica-se aos dados pessoais tratados pela Empresa em suas atividades relacionadas, entre outras, a:

- compra e venda de máquinas, implementos e veículos;
- avaliação e intermediação de negócios;
- operações envolvendo crédito, financiamento e consórcios;
- negociação de bens móveis e imóveis;
- relacionamento com clientes, fornecedores e parceiros;
- atendimento presencial e digital;
- marketing institucional e comercial;
- cumprimento de obrigações legais e regulatórias.

CAPÍTULO II – DEFINIÇÕES

Para fins desta Política, aplicam-se as definições previstas na LGPD.

2.1. Dado Pessoal

Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

2.2. Dado Pessoal Sensível

Informação relacionada à origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação sindical, dado referente à saúde, à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

2.3. Titular

Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais objeto de tratamento.

2.4. Controlador

Pessoa natural ou jurídica responsável pelas decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Para os fins desta Política, a Empresa atua como controladora dos dados pessoais tratados em suas atividades.



2.5. Operador

Pessoa natural ou jurídica que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

2.6. Tratamento

Toda operação realizada com dados pessoais, incluindo coleta, recepção, utilização, acesso, armazenamento, compartilhamento, eliminação e demais atividades previstas na LGPD.

2.7. Consentimento

Manifestação livre, informada e inequívoca por meio da qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para finalidade determinada.

2.8. Encarregado

Pessoa indicada para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, quando aplicável.

2.9. ANPD

Agência Nacional de Proteção de Dados.

2.10. Anonimização

Utilização de meios técnicos razoáveis para impedir a associação de determinado dado a uma pessoa identificada ou identificável.

CAPÍTULO III – CATEGORIAS DE TITULARES E DADOS TRATADOS

3.1. Categorias de Titulares

A Empresa poderá tratar dados pessoais das seguintes categorias de titulares:

- clientes pessoas físicas;
- representantes de clientes pessoas jurídicas;
- vendedores e proprietários de bens negociados;
- fornecedores e prestadores de serviços;
- parceiros comerciais;
- visitantes do site institucional;
- usuários de canais digitais de atendimento;
- pessoas que mantenham relacionamento comercial ou institucional com a Empresa.

3.2. Dados de Identificação e Cadastro

Poderão ser tratados dados como:

- nome completo;
- CPF;
- RG ou documento equivalente;
- data de nascimento;
- estado civil;
- nacionalidade;
- endereço;
- assinatura;
- informações constantes em documentos apresentados pelo titular.

3.3. Dados de Contato

Poderão ser tratados:

- telefone;
- celular;
- WhatsApp;
- endereço eletrônico;
- demais meios de comunicação fornecidos pelo titular.

3.4. Dados Financeiros e Patrimoniais

Quando necessários à realização de negócios, análise de crédito ou formalização contratual, poderão ser tratados dados relacionados a:

- renda;
- informações bancárias;
- histórico de crédito;
- informações patrimoniais;
- documentos financeiros apresentados pelo titular;
- dados necessários à intermediação de financiamentos ou consórcios.

3.5. Dados Relacionados a Bens

A depender da natureza da operação, poderão ser tratados dados relacionados a:

- veículos;
- máquinas;
- implementos;
- imóveis urbanos;
- imóveis rurais;
- garantias vinculadas às operações.

3.6. Dados de Navegação

Quando houver acesso ao site institucional ou plataformas digitais da Empresa, poderão ser coletadas informações como:

- endereço IP;
- identificadores eletrônicos;
- dados de navegação;
- registros de acesso;
- informações geradas por cookies e tecnologias semelhantes.

3.7. Registros de Comunicação

A Empresa poderá manter registros de comunicações realizadas por:

- telefone;
- WhatsApp;
- e-mail;
- formulários eletrônicos;
- atendimento presencial.

3.8. Imagens

As dependências físicas da Empresa poderão ser monitoradas por sistemas de videomonitoramento para fins de segurança patrimonial, proteção de pessoas e prevenção de ilícitos.



As imagens poderão ser armazenadas pelo prazo necessário às finalidades de segurança, observado o prazo padrão de retenção adotado pela Empresa e eventuais necessidades legais de preservação.

CAPÍTULO IV – BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

4.1. Fundamentos Jurídicos

O tratamento de dados pessoais realizado pela Empresa ocorrerá sempre com fundamento em pelo menos uma das bases legais previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

A base legal aplicável poderá variar conforme a natureza da relação estabelecida com o titular e a finalidade do tratamento.

4.2. Execução de Contrato e Procedimentos Preliminares

A Empresa poderá tratar dados pessoais quando tal tratamento for necessário para:

- celebração de contratos;
- execução de contratos firmados;
- análise e elaboração de propostas comerciais;
- avaliação de bens;
- negociação de operações;
- intermediação de financiamentos;
- intermediação de consórcios;
- diligências pré-contratuais solicitadas pelo titular.

4.3. Cumprimento de Obrigação Legal ou Regulatória

Determinados tratamentos poderão ocorrer para atendimento de obrigações legais ou regulatórias impostas à Empresa, incluindo obrigações:

- fiscais;
- tributárias;
- contábeis;
- registrais;
- trabalhistas;
- administrativas;

- judiciais.

4.4. Exercício Regular de Direitos

Os dados pessoais poderão ser tratados quando necessários para a defesa de direitos da Empresa em processos judiciais, administrativos, arbitrais ou procedimentos de qualquer natureza legalmente admitidos.

4.5. Proteção ao Crédito

Nas hipóteses legalmente permitidas, a Empresa poderá tratar dados pessoais relacionados à análise de crédito, prevenção à inadimplência, prevenção a fraudes e avaliação da viabilidade econômica de operações comerciais.

4.6. Legítimo Interesse

A Empresa poderá tratar determinados dados pessoais com fundamento em seu legítimo interesse, observados os direitos e liberdades fundamentais dos titulares.

Essa hipótese poderá ser utilizada, entre outras situações, para:

- prevenção a fraudes;
- proteção do patrimônio empresarial;
- segurança das instalações;
- gestão de riscos;
- melhoria de processos internos;
- relacionamento com clientes e ex-clientes;
- envio de comunicações relacionadas a produtos e serviços compatíveis com o relacionamento previamente estabelecido.

4.7. Consentimento

Quando exigido pela legislação aplicável ou quando a Empresa optar por utilizar essa base legal, o tratamento ocorrerá mediante consentimento livre, informado e inequívoco do titular.

O consentimento poderá ser revogado a qualquer momento, mediante solicitação do titular, sem prejuízo da legalidade dos tratamentos realizados anteriormente à revogação.

4.8. Dados Sensíveis

A Empresa não realiza coleta rotineira de dados pessoais sensíveis.

Todavia, situações específicas poderão exigir o tratamento de determinadas categorias de dados sensíveis quando estritamente necessário ao atendimento de exigências legais,



regulatórias ou operacionais vinculadas a programas, linhas de crédito ou políticas públicas específicas.

Nessas hipóteses, serão observadas as bases legais e requisitos previstos no artigo 11 da LGPD.

CAPÍTULO V – FINALIDADES DO TRATAMENTO

5.1. Finalidades Gerais

Os dados pessoais tratados pela Empresa poderão ser utilizados para:

- identificar e cadastrar clientes, fornecedores e parceiros;
- formalizar e executar contratos;
- analisar propostas e oportunidades de negócio;
- realizar avaliações técnicas e documentais;
- prestar atendimento aos titulares;
- viabilizar operações comerciais;
- realizar intermediações financeiras autorizadas;
- cumprir obrigações legais e regulatórias;
- prevenir fraudes e irregularidades;
- proteger direitos da Empresa;
- garantir a segurança de pessoas e patrimônio.

5.2. Operações Comerciais

Os dados pessoais poderão ser tratados para viabilizar operações envolvendo:

- máquinas;
- implementos;
- veículos;
- bens móveis;
- bens imóveis;
- financiamentos;
- consórcios;

- garantias vinculadas a negócios intermediados ou realizados pela Empresa.

5.3. Atendimento e Relacionamento

Os dados poderão ser utilizados para:

- responder solicitações;
- fornecer informações;
- prestar suporte;
- gerenciar relacionamentos comerciais;
- acompanhar negociações em andamento;
- manter histórico de atendimento.

5.4. Marketing e Comunicação Comercial

A Empresa poderá utilizar dados de contato para:

- envio de informações institucionais;
- divulgação de produtos e serviços;
- comunicação de oportunidades comerciais;
- envio de conteúdos relacionados às atividades da Empresa.

Quando exigido pela legislação aplicável, o tratamento será realizado mediante consentimento do titular.

O titular poderá solicitar, a qualquer momento, a interrupção do recebimento de comunicações promocionais.

5.5. Análises Internas

Os dados poderão ser utilizados para:

- geração de relatórios gerenciais;
- acompanhamento de desempenho operacional;
- melhoria de processos internos;
- desenvolvimento de estratégias comerciais;
- aperfeiçoamento dos serviços prestados.

Sempre que possível e compatível com a finalidade pretendida, a Empresa poderá utilizar dados anonimizados ou agregados.

5.6. Prevenção de Fraudes e Gestão de Riscos

A Empresa poderá tratar dados pessoais para:

- verificar autenticidade documental;
- validar informações fornecidas;
- identificar inconsistências;
- prevenir fraudes;
- reduzir riscos operacionais;
- proteger seus direitos e interesses legítimos.

CAPÍTULO VI – COMPARTILHAMENTO DE DADOS COM TERCEIROS

6.1. Princípio da Necessidade

A Empresa somente realizará compartilhamento de dados pessoais quando necessário para o desenvolvimento de suas atividades, cumprimento de obrigações legais ou atendimento das finalidades descritas nesta Política.

6.2. Categorias de Destinatários

Os dados pessoais poderão ser compartilhados com:

a) Instituições financeiras

Para análise, contratação, formalização ou execução de operações de crédito, financiamento, consórcio ou produtos financeiros relacionados às atividades da Empresa.

b) Prestadores de serviços especializados

Empresas ou profissionais contratados para execução de atividades relacionadas às operações comerciais da Empresa, incluindo avaliações, vistorias, suporte técnico, tecnologia da informação e serviços especializados.

c) Prestadores de tecnologia

Fornecedores de hospedagem, armazenamento de dados, correio eletrônico, sistemas de gestão empresarial, sistemas de relacionamento com clientes, plataformas digitais e infraestrutura tecnológica.

d) Assessores e consultores especializados

Profissionais ou empresas que prestem serviços de natureza jurídica, contábil, financeira, administrativa, tecnológica ou operacional.

e) Cartórios e órgãos registrais

Quando necessário para formalização, registro, autenticação, averbação ou validação de documentos e negócios jurídicos.

f) Bureaus de crédito

Quando permitido pela legislação aplicável e necessário para análise de crédito, prevenção à fraude e proteção ao crédito.

g) Parceiros comerciais

Quando o compartilhamento for necessário para execução de operações, formalização de negócios ou atendimento de solicitações do titular.

h) Órgãos públicos e autoridades competentes

Quando houver obrigação legal, regulatória, judicial ou administrativa que justifique o compartilhamento.

6.3. Coleta Indireta de Dados

Além das informações fornecidas diretamente pelos titulares, a Empresa poderá obter dados provenientes de:

- instituições financeiras;
- cartórios;
- registros públicos;
- bureaus de crédito;
- parceiros comerciais;
- bases de dados legitimamente acessíveis;
- fontes públicas autorizadas pela legislação.

6.4. Comercialização de Dados

A Empresa não comercializa dados pessoais como atividade econômica autônoma.

6.5. Salvaguardas

Sempre que aplicável e compatível com a natureza da relação contratual, a Empresa poderá exigir de terceiras obrigações relacionadas à confidencialidade, segurança da informação e proteção de dados pessoais.

6.6. Limitação do Compartilhamento



Os compartilhamentos realizados buscarão observar critérios de necessidade, adequação e proporcionalidade, restringindo-se aos dados efetivamente necessários para cada finalidade legítima.

CAPÍTULO VII – COOKIES E TECNOLOGIAS DE MONITORAMENTO

7.1. Utilização de Cookies

O site institucional da Empresa poderá utilizar cookies e tecnologias semelhantes para assegurar seu funcionamento adequado, melhorar a experiência do usuário, compreender padrões de navegação e aperfeiçoar seus serviços.

Cookies são pequenos arquivos armazenados no dispositivo do usuário durante a navegação, permitindo o reconhecimento de determinadas informações relacionadas à utilização do site.

7.2. Categorias de Cookies

A Empresa poderá utilizar as seguintes categorias de cookies:

a) Cookies Necessários

São essenciais para o funcionamento do site e para a disponibilização de funcionalidades básicas.

Esses cookies não coletam informações para fins de marketing e, em regra, não podem ser desativados sem comprometer o funcionamento da plataforma.

b) Cookies de Desempenho e Análise

Utilizados para compreender como os usuários interagem com o site, permitindo análises estatísticas e melhorias de desempenho.

c) Cookies de Funcionalidade

Permitem que o site memorize preferências e configurações do usuário para proporcionar uma experiência mais personalizada.

d) Cookies de Marketing e Publicidade

Utilizados para compreender interesses dos usuários e apresentar conteúdos, campanhas e anúncios mais relevantes.

7.3. Consentimento e Gerenciamento

Quando exigido pela legislação aplicável, a instalação de cookies não essenciais dependerá do consentimento do usuário.

O usuário poderá gerenciar suas preferências por meio do painel de cookies disponibilizado no site ou pelas configurações de seu navegador.

7.4. Ferramentas de Terceiros

O site poderá utilizar ferramentas de análise, mensuração de tráfego, publicidade digital e monitoramento fornecidas por terceiros.

A utilização dessas ferramentas estará sujeita, adicionalmente, às políticas e práticas adotadas por seus respectivos fornecedores.

CAPÍTULO VIII – SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DE INCIDENTES

8.1. Compromisso com a Proteção dos Dados

A Empresa adota medidas técnicas, administrativas e organizacionais compatíveis com a natureza de suas atividades e com os riscos envolvidos no tratamento de dados pessoais, buscando proteger as informações contra acessos não autorizados, perda, destruição, alteração, divulgação indevida ou qualquer forma de tratamento inadequado.

8.2. Medidas de Segurança

Entre as medidas adotadas pela Empresa poderão estar incluídas:

- utilização de credenciais individuais de acesso;
- autenticação em múltiplos fatores quando aplicável;
- controle de permissões de acesso;
- restrição de acesso conforme necessidade operacional;
- realização periódica de cópias de segurança (backup);
- monitoramento de ambientes e sistemas;
- proteção física das instalações;
- mecanismos destinados à preservação da integridade e disponibilidade das informações.

A adoção dessas medidas não elimina integralmente os riscos inerentes ao ambiente digital, mas busca reduzi-los a níveis compatíveis com as atividades desenvolvidas pela Empresa.

8.3. Controle de Acesso

O acesso a informações e sistemas poderá ser limitado aos colaboradores, prestadores de serviços e terceiros que necessitem dessas informações para o exercício legítimo de suas funções ou atividades.

8.4. Confidencialidade

A Empresa busca adotar medidas destinadas à preservação da confidencialidade das informações tratadas em suas operações, incluindo procedimentos internos e obrigações contratuais quando aplicáveis.

8.5. Incidentes de Segurança

Caso ocorra incidente de segurança envolvendo dados pessoais sob sua responsabilidade, a Empresa adotará as medidas razoavelmente necessárias para:

- identificar e avaliar o incidente;
- conter ou reduzir seus impactos;
- preservar evidências relevantes;
- implementar medidas corretivas;
- cumprir eventuais obrigações legais ou regulatórias aplicáveis.

8.6. Comunicação de Incidentes

Nos casos em que a legislação exigir ou quando houver risco ou dano relevante aos titulares, a Empresa poderá comunicar o incidente aos titulares afetados e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, observando a regulamentação vigente.

8.7. Limitação de Responsabilidade

Embora adote medidas destinadas à proteção das informações, nenhum sistema é integralmente imune a falhas, eventos imprevisíveis ou ações ilícitas praticadas por terceiros.

A Empresa não garante segurança absoluta, comprometendo-se, contudo, a adotar medidas compatíveis com seu porte, atividade e riscos envolvidos.

CAPÍTULO IX – RETENÇÃO, CONSERVAÇÃO E ELIMINAÇÃO DE DADOS

9.1. Critérios Gerais de Retenção

Os dados pessoais serão mantidos apenas pelo período necessário para o atendimento das finalidades que justificaram sua coleta e tratamento.

A definição do período de retenção poderá considerar, entre outros fatores:

- cumprimento de obrigações legais;
- cumprimento de obrigações regulatórias;
- exercício regular de direitos;
- prevenção de fraudes;

- proteção do crédito;
- preservação de evidências;
- prazos prescricionais aplicáveis.

9.2. Conservação para Cumprimento de Obrigações

Mesmo após o encerramento da relação com o titular, determinados dados poderão ser conservados quando sua manutenção for necessária para:

- cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- exercício regular de direitos;
- atendimento a determinações de autoridades competentes;
- preservação de documentos relacionados a operações realizadas.

9.3. Conservação para Defesa de Direitos

Os dados poderão permanecer armazenados enquanto forem relevantes para a defesa de interesses legítimos da Empresa em procedimentos judiciais, administrativos, arbitrais ou de outra natureza legalmente admitida.

9.4. Registros Comerciais

Documentos e informações relacionados a negociações, propostas, contratos, operações comerciais e atividades correlatas poderão ser mantidos pelos períodos compatíveis com as obrigações legais aplicáveis e os prazos prescricionais pertinentes.

9.5. Imagens de Videomonitoramento

As imagens captadas pelos sistemas de videomonitoramento poderão ser armazenadas pelo prazo padrão adotado pela Empresa, atualmente de até 30 (trinta) dias, salvo necessidade de preservação por período superior em razão de investigação, processo judicial, processo administrativo ou exigência legal.

9.6. Eliminação dos Dados

Encerradas as finalidades que justificaram o tratamento e inexistindo fundamento legal para manutenção das informações, os dados poderão ser eliminados, anonimizados ou ter seu acesso restringido, observadas as exigências legais aplicáveis.

9.7. Anonimização

Quando possível e compatível com a finalidade pretendida, a Empresa poderá utilizar técnicas de anonimização que impeçam a identificação dos titulares, permitindo a utilização de informações para fins estatísticos, analíticos ou de melhoria de processos.

9.8. Conservação de Evidências

A eliminação de dados não será realizada quando a sua preservação for necessária para investigação de fraudes, apuração de irregularidades, exercício de direitos ou cumprimento de obrigações legais e regulatórias.

CAPÍTULO X – DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

10.1. Garantia de Direitos

A Empresa assegura aos titulares de dados pessoais o exercício dos direitos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, observadas as limitações legais, regulatórias e técnicas aplicáveis a cada situação.

10.2. Direitos dos Titulares

Nos termos da legislação vigente, o titular poderá solicitar:

a) Confirmação da Existência de Tratamento

A confirmação acerca da existência de tratamento de seus dados pessoais pela Empresa.

b) Acesso aos Dados

O acesso aos dados pessoais tratados pela Empresa, observadas as limitações legais aplicáveis.

c) Correção de Dados

A correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.

d) Anonimização, Bloqueio ou Eliminação

A anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a legislação.

e) Portabilidade

A portabilidade dos dados, quando aplicável e observada a regulamentação expedida pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.

f) Eliminação de Dados Tratados com Consentimento

A eliminação dos dados pessoais tratados com fundamento exclusivo no consentimento do titular, ressalvadas as hipóteses legais que autorizem sua conservação.

g) Informações sobre Compartilhamento

Informações acerca das entidades públicas e privadas com as quais a Empresa tenha realizado compartilhamento de dados pessoais, quando aplicável.

h) Informações sobre Consentimento

Informações sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa, quando essa base legal for utilizada.

i) Revogação do Consentimento

A revogação do consentimento anteriormente concedido, observados os efeitos jurídicos dos tratamentos já realizados.

j) Oposição ao Tratamento

A oposição a tratamentos realizados com fundamento em bases legais que admitam tal direito, observadas as disposições da LGPD.

10.3. Exercício dos Direitos

As solicitações deverão ser encaminhadas pelos canais indicados nesta Política.

A Empresa poderá solicitar informações adicionais necessárias para confirmação da identidade do solicitante e proteção contra acessos indevidos ou fraudulentos.

10.4. Limitações Legais

O atendimento das solicitações poderá ser total ou parcialmente restringido quando houver fundamento legal que autorize a manutenção dos dados, incluindo hipóteses relacionadas a:

- cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- exercício regular de direitos;
- preservação de segredos comercial e industrial;
- prevenção à fraude;
- proteção do crédito;
- cumprimento de determinações judiciais ou administrativas.

10.5. Gratuidade

As solicitações formuladas pelos titulares serão processadas sem custos, ressalvadas hipóteses legalmente admitidas ou situações que exijam esforços extraordinários expressamente autorizados pela legislação aplicável.

CAPÍTULO XI – CANAL DE PRIVACIDADE E CONTATO

11.1. Atendimento ao Titular



A Empresa disponibiliza canal específico para recebimento de solicitações relacionadas à privacidade e proteção de dados pessoais.

As comunicações poderão ser encaminhadas para:

E-mail: contato@amazomaq.com.br

11.2. Verificação de Identidade

Para proteção dos titulares e prevenção de fraudes, a Empresa poderá solicitar documentos ou informações complementares que permitam verificar a identidade do solicitante antes do fornecimento de informações ou atendimento de solicitações.

11.3. Prazo de Resposta

As solicitações serão analisadas e respondidas dentro dos prazos previstos na legislação aplicável e nos regulamentos expedidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.

A complexidade da solicitação, a necessidade de validação documental ou a existência de obrigações legais poderão influenciar o prazo necessário para conclusão da análise.

11.4. Encarregado de Dados

Considerando seu porte empresarial e observada a regulamentação vigente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, a Empresa poderá enquadrar-se nas hipóteses de dispensa de indicação formal de encarregado previstas para agentes de tratamento de pequeno porte.

Independentemente dessa condição, a Empresa manterá canal de comunicação apto ao atendimento de solicitações relacionadas à proteção de dados pessoais.

CAPÍTULO XII – DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Atualizações desta Política

A presente Política poderá ser alterada, atualizada ou revisada a qualquer momento para refletir:

- alterações legislativas;
- mudanças regulatórias;
- evolução das atividades da Empresa;
- aperfeiçoamento de processos internos;
- atualização de serviços e tecnologias utilizadas.

A versão mais atual estará sempre disponível nos canais oficiais da Empresa.



12.2. Interpretação

Esta Política deverá ser interpretada em conjunto com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, privacidade, relações de consumo e demais normas incidentes sobre as atividades desenvolvidas pela Empresa.

12.3. Nulidade Parcial

Caso qualquer disposição desta Política venha a ser considerada inválida, ilegal ou inexecutável por autoridade competente, as demais disposições permanecerão válidas e plenamente eficazes.

12.4. Boa-fé e Cooperação

A Empresa buscará conduzir suas atividades observando os princípios da boa-fé, finalidade, adequação, necessidade, transparência, segurança, prevenção, responsabilização e prestação de contas previstos na legislação de proteção de dados pessoais.

12.5. Legislação Aplicável

Esta Política é regida pelas leis da República Federativa do Brasil, especialmente pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD e demais normas correlatas.

12.6. Vigência

Esta Política entra em vigor na data de sua publicação e permanecerá vigente por prazo indeterminado, até que seja substituída por versão posterior regularmente divulgada pela Empresa.

AMAZOMAQ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 05.093.604/0001-43

Rodovia BR-163, KM 19, São José, Santarém/PA

Telefone: (66) 99694-4602

E-mail para assuntos de privacidade: contato@amazomaq.com.br

Website: www.amazomaq.com.br